

A ESTRATÉGIA SOVIÉTICA E DO PAIGC DURANTE A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (1963 – 1974): UM ESTUDO DE CASO

Adilson de Jesus Cabral Tavares



Adilson de Jesus Cabral Tavares é Licenciado e Pós Graduado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nasceu em Santa Catarina, em 17/11/1983, na localidade de Gil-Bispo, interior de Santiago de Cabo Verde. Fez os estudos primários na localidade de Gil-Bispo e secundário no Liceu Amílcar Cabral, na Cidade de Assomada.

Email: adil.son.tavares@hotmail.com

Lisboa, 2009

Abreviaturas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

ONU – Organização Das Nações Unidas

UAL – Universidade Autónoma de Lisboa

URSS – União Das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PIDE- Polícia Internacional e de Defesa do Estado

I. INTRODUÇÃO

" Do lado Comunista, os movimentos subversivos recebem encorajamento, apoio técnico, enquadramento e auxílio militar em armamento e meios de inequívoca qualidade"¹

Decorridos cerca de três décadas, do fim do mais trágico acontecimento na história político – militar de Portugal e da Guiné-Bissau, este está ainda presente na memória de muitas pessoas que presenciaram esta tragédia, assim como muitos que já não pertencem a este mundo mas que deixaram os seus testemunhos. Ainda muitas questões se levantam: Porquê que se desencadeou a guerra colonial naquele território? O porquê da intransigência Portuguesa em vez da negociação apesar de longos anos de conflito sem qualquer solução? Porquê que Portugal foi derrotado militarmente? Porquê que a União Soviética apoiou o PAIGC? Quais os interesses estratégicos da União Soviética em apoiar PAIGC? Foi um acontecimento relevante na história moderna, o que traduziu – se em numerosos escritos, que se encontram espalhados pelas diferentes bibliotecas e arquivos históricos.

O nosso objectivo com este trabalho é claro, não basear num mero resumo destas literaturas críticas da história, até porque são muitas, mas sim, partindo delas como base para a aplicação de uma teoria da estratégia, sobre o caso concreto desta guerra. Por isso, neste trabalho vamos abordar dois temas centrais: Primeiro, confrontar a estratégia portuguesa com a do PAIGC, numa componente político – militar, tanto ao nível da Estratégia Estrutural como a operacional; segundo, confrontar a estratégia soviética com a estratégia portuguesa num componente político – ideológico, ou seja, enquanto a União Soviética apoiava o PAIGC numa guerra subversiva oferecendo recursos

¹ SPÍNOLA, António de - *Portugal e o futuro: Análise da conjuntura nacional*. Lisboa: Arcádia, 3ª edição, 1974. P. 91

militares altamente sofisticado para derrubar o colonialismo Português e penetrar na Guiné-Bissau de uma forma indirecta, que consistia na instauração de um Estado Comunista² para servir os seus interesses estratégicos, é evidentemente que confrontava com uma intransigência portuguesa, que sabia claramente que estava a combater não só contra PAIGC, que queria a independência, mas também, contra o Comunismo naquele território, que queria pôr em causa a noção de um Portugal uno e indivisível do Minho a Timor³. Aqui temos uma visão tradicionalista de Portugal e “irreversionista” do seu sistema colonial que era altamente contestado nos grandes fóruns internacionais. Logo a componente ideológica de Portugal passou a componente militar, usando todos os meios e recursos para não perder qualquer parcela do seu território, utilizando deste modo uma estratégia estrutural e operacional bastante dispendioso do ponto de vista económico e humano, que acabou por tornar –se desgastante. Deste modo, as nossas teses originais para com este trabalho consistem na aplicação dos princípios teóricos da estratégia a uma realidade concreta que ainda está muito pouco aprofundada, alguns manuais que consultamos chegam a fazer referência à estratégia portuguesa, mas ignoram muito o outro lado da guerra, que é a estratégia do Movimento de Libertação e a estratégia Soviética no apoio ao Movimento de Libertação.

Em relação ao estado da questão, podemos dizer que existe muita coisa escrita em relação à guerra colonial em África, sobretudo no que tange à Guiné-Bissau, mas destas literaturas, poucas ou praticamente nenhuma relacionam questões estratégicas⁴, pelo contrário resumem – se, a análises históricas dos acontecimentos da guerra. Temos alguns casos excepcionais, que é o caso da obra do General António de Spínola,⁵ embora na altura que o autor escreveu a obra, o movimento subversivo já estivesse numa fase bastante avançada, o que mostrou uma dissolução clara do autor que propôs mais soluções políticas para a guerra, ao mesmo tempo que na obra apresentava as doutrinas tácticas e estratégicas para mostrar às autoridades portuguesas como era

² Não podemos esquecer, que a Guerra Colonial na Guiné – Bissau foi desencadeada num momento em que a disputa política e ideológica dominava a política internacional, com o vazio geopolítico na Europa em resultado das consequências da Segunda Guerra Mundial, ou seja, a Europa ficou completamente devastada e com a derrota da principal potência regional que era a Alemanha, perdeu a posição que ocupava pelo menos no período entre guerras, dando lugar a duas super potências com ideologias políticas e económicas inconciliáveis, dando origem à Guerra-fria e durante esta Guerra, ambas as potências lutavam pela expansão das suas ideologias.

³ Noção de Portugal uno e indivisível, era o discurso que caracterizava o Estado Novo.

⁴ Ao falar de questões estratégicas, estamos a referir em concreto à estratégia militar, mas queremos deixar bem claro, que a estratégia não se resume, exclusivamente a estratégia militar, ou seja, unicamente ao teatro de Guerra, senão caímos no erro de confundir a estratégia com a táctica.

⁵ SPÍNOLA, António de – *Portugal e o futuro: Análise da conjuntura nacional* Lisboa: Arcádia, 3ª edição, 1974.

impossível vencer a guerra naquele território africano. Estas doutrinas e estratégias serviram muito na operacionalização da nossa investigação.

Resta – nos destacar os principais pontos que abordamos no trabalho:

Começamos logo por fazer uma breve caracterização da Guiné-Bissau em termos físicos, humano e económico (Parte III), esta parte é muito importante porque ajuda-nos a perceber o porquê de determinadas operações táticas que eram desencadeadas, de acordo com o ambiente geoestratégico que ambas as partes em confronto estavam sujeitos.

Na (Parte IV) tentamos situar cronologicamente o início da luta armada na Guiné – Bissau, enquadrando-o na conjuntura internacional da época para podermos encontrar as razões que levaram os dirigentes do PAIGC a enveredarem por esse caminho, por outro lado, confrontamos as principais dificuldades iniciais encontradas tanto pela subversão como pela contra subversão.

Tendo em conta as dificuldades que ambos enfrentaram, na parte V do trabalho pretendemos demonstrar quais são as principais estratégias que ambos utilizaram para tentar ultrapassá-las. Destacamos as principais doutrinas utilizadas por Amílcar Cabral para desencadear a subversão com êxito, do mesmo modo que demonstramos também as principais estratégias utilizadas pelas autoridades políticas e militares de Portugal para conter e reprimir a subversão, por exemplo o recrutamento dos militares negros que conheciam bem o terreno de guerra (Estratégia Estrutural) e muitas vezes utilizadas para infiltrarem nos comandos do PAIGC de forma a obterem informações valiosas, como o caso da Operação Mar Verde em que tiveram um apoio substancial através de informações prestadas por um militar negro durante todo o processo de preparação e de planeamento, por outro lado, para terem mais sucesso do ponto de vista da estratégia operacional.

Na parte VI do trabalho, fundamentamos como a estratégia soviética foi um factor condicionante no sucesso da subversão do PAIGC, foi daí que resultou o título do nosso trabalho: "A estratégia do PAIGC durante a luta de libertação nacional," tendo em conta que esta super-potência tinha um interesse claro: a expansão do Comunismo Internacional.

Na última parte do trabalho (Parte VII) damos a conhecer como foi que a estratégia portuguesa fracassou, evidenciando deste modo alguns factores: o crescente isolamento de Portugal (quer no plano Interno, quer no plano Internacional), as divergências entre

as elites políticas e militares portuguesas que acabaram por pôr em causa uma estratégia de guerra consistente.

1.1. Hipóteses explicativas:

- a)** A estratégia do movimento subversivo teve mais êxito do que a contra subversão, devido à sua crescente legitimidade internacional e, conseqüentemente, dos apoios que dali surgiram;
- b)** Pelo contrário, a contra-subversão não teve êxitos por razões contrárias, o decréscimo da sua legitimidade no que tange a sua soberania nas províncias “ultramarinas” e a conjuntura internacional na altura já repudiava o colonialismo e o imperialismo;
- c)** Por detrás de todos os êxitos do movimento subversivo, tirando a conjuntura que lhe era favorável e do seu líder imprescindível, encontrava-se uma grande superpotência que tinha os seus interesses estratégicos, a União Soviética;

1.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O período pós Segunda Grande Guerra Mundial, com a alteração da Ordem Internacional, face à derrota da poderosa Alemanha, a Ordem Internacional⁶ passou a ser Bipolar, com a formação de dois blocos: O Bloco Comunista e o Bloco Capitalista. A política Internacional, passou praticamente a ser dominada por esses dois blocos, sobre tudo na componente das respectivas políticas externas, assente claramente numa estratégia de luta pelo poder com ambição clara na tentativa ou procura de uma hegemonia na política Internacional, o que pressupunha a aplicação de uma análise realista das relações internacionais, nomeadamente do realismo estruturalista de Hans

⁶ Com a derrota da Alemanha, causou um vazio geopolítico na Europa, que deixou de ter aquela preponderância que tinha no período entre guerras, face as conseqüências da Segunda Guerra Mundial, que o deixou completamente devastado do ponto de vista económico, político e militar, dando lugar a duas superpotências, com tradições política económicas totalmente antagónicas (EUA, URSS).

Morgentaux. Se analisarmos em pormenor os seus seis princípios do realismo com destaque para o princípio 2 constatamos que o autor salienta que a política internacional fundamenta – se no interesse dos Estados na lógica da procura pelo poder.⁷ Foi neste contexto, que os dois blocos intensificaram as suas políticas externas para a África. A estratégia Soviética incidiu e fomentou claramente a criação de movimentos independentistas, com reflexos, particularmente, na África Lusófona e Francófona. Estratégia essa, que contribuiu decisivamente para o avanço das guerras coloniais destes movimentos independentistas contra os colonialismos, que em termos ideológicos eram mais pró – capitalistas. Destes movimentos independentistas, destaca – se o exemplo do PAIGC com uma influência claramente Marxista. É deste modo que vamos enquadrar, a estratégia soviética no apoio ao PAIGC, durante a luta de libertação Nacional, dando um enfoque principal no âmbito da estratégia militar em confronto com a de Portugal.

II. Metodologia

Para a operacionalização desta investigação, utilizamos as seguintes metodologias: primeiro, centralizamo-nos, em grande parte, na pesquisa documental, recorrendo a uma vasta literatura histórica crítica que se encontra distribuída pelas diferentes bibliotecas, fontes primárias muitas vezes de difícil acesso, nomeadamente os discursos e notas políticas das elites governamentais, o que nos ajudou a compreender melhor as estratégias utilizadas na Guiné – Bissau, da mesma forma que recorremos a vídeos e documentários inéditos, que nos desmostram ou nos aproximam da realidade como ocorriam as hostilidades; tendo em conta que todos os trabalhos desta natureza exigem um mínimo de trabalho de terreno, achamos por bem ao longo da operacionalização da investigação, estabelecer diálogos importantes com algumas pessoas, para podermos compreender melhor a característica geopolítica da própria Guiné – Bissau. Estes diálogos aconteceram sobretudo com os nossos colegas universitários nos pequenos intervalos das aulas, nas horas do almoço.

Sendo que a vasta literatura que existe sobre a guerra colonial na Guiné – Bissau tem mais de componente histórica e pouco de análise estratégica, sentimos necessidade de recorrer a alguns clássicos do pensamento estratégico, uma vez que o objectivo deste

⁷MORGENTHAUX, Hans J. – *Politics Among Nation: The extruture for power and peace*. Edição the Koupe, Original da Universidade de Michigan, 4ª edição, 196 p. 5

trabalho não é fazer uma análise histórica, mas, pelo contrário, relacioná-la com a estratégia.

III. Guiné-Bissau: uma breve caracterização (Meio físico, humano e económico).

Antes de começar o debate propriamente dito sobre a problemática em debate, convém fazer uma breve apresentação da Guiné – Bissau. Achamos pertinente caracterizar alguns aspectos que elucidam melhor, o melhor de certas táticas e estratégias que foram utilizadas.

A Guiné-Bissau, é um país localizado na Costa Ocidental de África, com um território de 36.125km². Faz fronteira, a norte, com o Senegal, a este e Sudeste com a Guiné-Conacri e a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico. Do ponto de vista territorial, o País possui uma parte que é continental e uma outra parte que é insular, composta por um total de 80 ilhas (o arquipélago dos Bijagós).

O país está mergulhado numa profunda crise económica, encontrando-se neste momento no grupo dos países mais pobres do mundo, uma das razões pela qual explica a instabilidade política com que o país se tem deparado ao longo dos tempos.

O país usufrui de um clima tropical, com duas estações: uma chuvosa que vai de Maio a Outubro e outra seca para a restante época do ano. Em relação aos dados populacionais, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística daquele país (dados relativos ao ano de 2006), a sua população é de 1.357.200 habitantes, distribuídos sob uma área de 36.125km (quadrados). Face à escassez de dados populacionais, que é um problema estrutural de qualquer país em vias de desenvolvimento, baseando-nos nas informações do livro de Onofre dos santos, o país é caracterizado por vários grupos étnicos culturais, dos quais somam – se 26 etnias: Fulas, Balantas, Mandingas, Manjacos, Papeis, Brameis, Biafadas, entre outras etnias⁸. Podem ver em anexo a percentagem de cada uma dessas etnias, recolhida por este autor. Do mesmo modo o país é caracterizado por várias religiões: muçulmana, animista, católica, e outras religiões.⁹ Podemos destacar na Guiné-Bissau alguns pontos muito importantes, por exemplo a questão fronteiriça. As fronteiras com os países vizinhos são convencionais não havendo deste modo obstáculos naturais, o que deu grande margem

⁸ SANTOS, Onofre Dos - *Um sorriso para a Democracia na Guiné-Bissau*. Missão de Observação Eleitoral das Nações Unidas, comissão Nacional de eleições 1996, p 28

⁹ Ibidem, p.29

de manobra ao PAIGC, por exemplo, para se instalar em alguns países, ou mesmo no benefício de apoios.¹⁰ O país é caracterizado por matas, muitas delas de difícil acesso, e habitadas por animais como cobras venenosas e certos tipos de insectos cujas picadas podem ser fatais.

IV.O início da luta armada

O período pós Segunda Guerra Mundial, ficou marcado por uma vaga de descolonização, que teve grande incidência sobretudo no Continente Africano, contribuindo deste modo para um aumento dos Estados nas Relações Internacionais, ou seja, as relações internacionais deixaram de ser Norte – Norte, para uma intensificação das relações internacionais Norte – Sul. Contudo, é de salientar, que em alguns casos estas descolonizações, aconteceram de forma pacífica em resultado das negociações entre o poder da metrópole e das colónias, mas noutros casos, o processo foi totalmente o contrário, ou seja, foi por via da luta armada. No caso da Guiné – Bissau, o processo da descolonização, foi por via da luta armada.

Inicialmente o movimento independentista, queria negociar,¹¹ mas o poder da metrópole sempre recusou preferindo reprimir o Movimento Independentista por via da Força, foi o que aconteceu por exemplo com o "Massacre de Pindjiguiti" levado a cabo pela polícia colonial¹² sobre os manifestantes no Cais de Bissau no dia 3 de Agosto de 1959. Foi precisamente este massacre que acabou por dar uma maior dinâmica ao Nacionalismo Guineense, com uma contagem decrescente para o início da luta armada. Sendo assim, em 1963, o PAIGC inicia a luta armada com o ataque ao quartel de Tite.¹³ E nesta fase inicial da guerra, convém salientar que enquanto PAIGC, começava a desencadear algumas ofensivas, as autoridades militares portuguesas baseavam numa estratégia mais defensiva, dando deste modo, tempo para estudar o teatro de operação e só depois desencadear a operacionalização. As primeiras ofensivas levadas a cabo pelos militares portugueses, tiveram, sem dúvida, alguns êxitos, havia mais baixas militares por parte da guerrilha do PAIGC, sobretudo porque nesta fase inicial tinham meios mais sofisticados. Antes de avançarmos com pormenor sobre este estudo de caso, é pertinente

¹⁰ <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=138>

¹¹ A 15 de Novembro de 1960 o PAIGC endereça ao governo Português um memoradum propondo a autodeterminação para a Guiné e Cabo Verde.

¹² Seja nas colónias como na metrópole, havia polícias que designavam – se de PIDE

¹³ A Semana, 3 de Setembro de 2004

apresentar um conceito de guerra, para podermos operacionalizar melhor a nossa investigação, seguindo a definição de Abel Cabral Couto, a guerra é violência organizada entre grupos políticos ou grupos com objectivos de outra natureza, em que o recurso à luta armada, constitui pelo menos, uma possibilidade potencial visando um determinado fim político (ou outra natureza) dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando – se segundo um jogo contínuo de probabilidades e ocasiões.¹⁴ De acordo com esta definição e pelas diferentes tipologias de guerra, o caso da Guiné, foi sem dúvida uma guerra, porque houve confronto em que se evidenciava claramente os beligerantes e insurrectos; por detrás desta guerra havia uma motivação política por cada uma das partes envolvidas; houve uma luta armada, o que nos permite dizer que se tratou de uma guerra quente.

4.1. As dificuldades iniciais

Num cenário de guerra as dificuldades são eminentes para qualquer adversário. Não se pode basear logo à primeira, numa falsa especulação, de que a vitória é imediata porque não se sabe o quê que pode acontecer durante a operação, ou seja, os riscos muitas vezes são os verdadeiros adversários. Às vezes acontece que há uma estratégia estrutural que parece estar bem preparada, com a disponibilidade de recursos militares, o número de efectivos militares, o grau de preparação dos comandantes militares etc., mas chegando ao campo da estratégia operacional conclui-se que é um insucesso. Com isto, queremos dizer que tanto o PAIGC, como as autoridades militares portuguesas tiveram que enfrentar muitas dificuldades iniciais, que vamos de seguida descrever.

4.2.O problema do PAIGC, em mobilizar as populações para a luta armada, sendo maioritariamente analfabetas

Uma das primeiras dificuldades sentidas pelo PAIGC, era como levar a cabo uma luta armada contra o colonialismo Português perante uma população Guineense maioritariamente analfabeta: “ *Para compreender as dificuldades do movimento nacionalista da Guiné, basta lembrar que, quando começou a guerra, mais de 90% da população era analfabeta e apenas 14 homens, na sua maioria de origem Cabo-*

¹⁴Abel Cabral Couto in “NOGUEIRA, José Manuel Freire – *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edição cosmos, 2005, pp. 45-46

verdiana, tinham formação universitária”¹⁵, por isso a dificuldade prendia – se, não só em aumentar o nível de escolaridade das populações, mas também, em dar lições do porquê que deviam lutar e contra quem é que deviam lutar. Uma das razões que Cabral transmitia às populações era que estavam a ser oprimidas, o que significa que Cabral enfrentou uma tarefa difícil ao tentar convencer às populações de que estavam a ser oprimidas¹⁶. Por outro lado, prendia – se com outras dificuldades, tais como: A existência de profundas divisões étnicas: “ *A restante população (cerca de 500.000 residentes) era constituída por indígenas, distribuídos por cerca de trinta grupos étnicos, sendo balantas, fulas, manjacos, mandingas e papeis, decrescentemente, os mais numerosos.*”¹⁷. A situação era bastante complexa, tendo em conta a confluência destes dois factores: Uma sociedade pouco alfabetizada e multi-étnica.

Para ultrapassar este obstáculo o primeiro passo a dar pelos dirigentes do PAIGC, era um passo significativo no garante da educação. Por isso, à medida que o PAIGC ia libertando as zonas ocupadas¹⁸ pelas autoridades portuguesas, começava a garantir a educação em larga escala às pessoas, conseguindo mesmo alcançar um resultado bastante satisfatório, contrariando o que tinha sido feito pelas autoridades portuguesas¹⁹, que garantiam aos “indígenas” apenas um mínimo de educação para não pôr em causa o colonialismo racial português: “*Este foi um problema que afectou praticamente todas as ex-colónias europeias, tendo em conta que o objectivo dos europeus na altura, ou seja, durante a colonização, era manter, reforçar e dar continuidade à dominação colonial. Não havia um verdadeiro espírito de levar a “Civilização” aos africanos, mas sim, garantir um mínimo de “europeização”, para Facilitar a exploração económica. Essa europeização tinha que ser mínima porque senão, os africanos assimilariam com sucesso todas as técnicas, pondo em causa a dominação Colonial*”.²⁰

¹⁵CERVELLÒ, Josep Sanchez - *PAIGC – Da Fundação ao início da Guerra*. [Em linha]. [Consultado em 20 de Abril de 2009]. Disponível em <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=163>

¹⁶CANN, John P. – *Contra – Insurreição em África 1961-1974: O modo português de Fazer a guerra* [Tradução Portuguesa]. Estoril: Traduzido da edição Greenwood Press, 1997, p. 50

¹⁷ENNES, Rui Ulrich e Marcelo Caetano in AAVV, *Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do descobrimento da Guiné*, Vol.I, LISBOA, Sociedade de Geografia, 1946. In “SILVA, António Duarte - **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa: Estudo de história, direito e política**. Porto: Afrontamento, 1997;

¹⁸Queremos chamar a atenção de que as zonas libertadas não existiam propriamente na fase inicial do conflito, mas sim, numa fase bastante avançada da Subversão.

¹⁹Isso numa guerra subversiva em que o objectivo é a conquista das populações é fundamental, ou seja, conseguiram garantir às populações aquilo que os portugueses não davam de uma forma satisfatória.

²⁰TAVARES, Adilson – *O Regime Político Guineense (1994 -2008)*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Teoria da Democracia, sob a orientação do professor, Tiago Fernandes. Lisboa: FCSH – UNL, 2008, publicado em [http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_\[1\].Pdf](http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_[1].Pdf)

4.3. As clivagens políticas profundas no interior do PAIGC

Para além da taxa elevada do analfabetismo no país, deparava – se com um outro problema, o que muitas vezes punha em causa o sucesso do PAIGC em lutar contra o colonialismo português, uma destas dificuldades foi a clivagem entre Guineenses e mestiços Cabo-verdianos, isso porque os guineenses sempre contestaram a liderança dos Cabo-verdianos nas principais estruturas do PAIGC: *“a capital da Republica da Guiné foi palco de manifestações de racismo por parte de alguns“compatriotas” contra os Cabo-verdianos, fazendo crer aos responsáveis Guineenses e a algumas embaixadas que eram eles os verdadeiros representantes da Guiné e Cabo Verde, acusando ainda Amílcar Cabral de se opor à formação dos verdadeiros guineenses”*²¹. Isso tendo em conta que Amílcar Cabral era visto mais como um Cabo-verdiano do que um Guineense. Chegou-se mesmo ao ponto em que algumas grandes figuras que lutavam contra o Colonialismo Português se manifestaram, como José Ferreira de Lacerda: *“Crítico da acção dos cabo-verdianos na Guiné-Bissau, respeitado pelo povo, sustentava que a independência devia visar uma Guiné-Bissau para os Guineenses e os cabo-verdianos deviam lutar em Cabo Verde.”*²² Isso causou alguns problemas no interior do PAIGC em afirmar – se como um partido sólido, para enfrentar o Colonialismo português²³ e ameaçava pôr em causa a tática de Amílcar Cabral na luta contra o Colonialismo em causa, isso porque a unidade entre a Guiné e Cabo Verde, não era somente por razões históricas, culturais e sanguíneo que unem os dois povos, mas também, por questão de natureza tática: *“ Não era possível a luta na Guiné se não fosse em conjunto unidos – PAIGC. Não era possível a luta em Cabo Verde, se não fosse em conjunto unidos – PAIGC, não era possível a independência da Guiné sem a independência de Cabo Verde (...) só quem não entende nada de estratégia é que pode pensar que esta África pode ser independente com Cabo Verde ocupado pelos colonialistas.”*²⁴ Não obstante a estes aspectos, que são de extrema relevância uma vez que nos ajuda a perceber o porquê da unidade Guiné e Cabo Verde, uma outra realidade que achamos pertinente

²¹Luís Cabral in” ZEVERINO, Guilherme Jorge Rodrigues - *O conflito Político - Militar Na Guiné-Bissau (1998-1999)*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Centro de Documentação e Informação, 2005

²²SILVA, António Duarte - *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa: Estudo de história, direito e política*. Porto: Afrontamento, 1997; p. 54.

²³ Isso porque em alguns momentos da guerra, as autoridades políticas e militares portuguesas ganhavam com as clivagens no interior do PAIGC

²⁴CABRAL, Amílcar – *“Os princípios do partido e da prática política* (trata –se de intervenção em crioulo durante o seminário de quadros , realizado pelo PAIGC, de 19 a 24 de Setembro de 1969) in SILVA, António Duarte - ***A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa: Estudo de história, direito e política***. Porto: Afrontamento, 1997;

aqui apresentar, é que por questões geo – estratégicas, não era possível desencadear uma luta armada em Cabo – verde, as condições logísticas não o favoreciam, por ser um país de dimensão territorial bastante reduzida e o tipo de clima impróprio, por ser um clima tropical seco que nunca favoreceu a criação de grandes matas como no caso da Guiné – Bissau, em que a luta se desencadeou essencialmente nas matas. Por todas essas razões Cabral, fez tudo para equacionar estes problemas iniciais para poder levar a cabo uma luta anticolonial bem sucedida. Esta questão foi muito debatida no primeiro congresso do Partido em Cassacá no Sul do país em 1964. Este congresso foi muito importante, foram criticados fortemente os que se opuseram aos princípios do partido e deixando bem claro, que a luta só teria êxito, se os problemas internos fossem verdadeiramente equacionados. O certo é que o PAIGC, tornou – se num dos movimentos de libertação mais operacionais em África²⁵, mas também é certo que nunca conseguiu equacionar por completo esses problemas, sendo que algumas metas acabaram por ser falhar, a questão, por exemplo, da unidade Guiné – Cabo – Verde, que nunca mais chegou a ser concretizada e custou mesmo a vida do seu líder, Amílcar Cabral.

4.4. O problema de Portugal perante o teatro de guerra, num terreno praticamente desconhecido

Um dos primeiros problemas sentidos pelos militares portugueses era um certo desconhecimento do terreno perante o teatro de guerra, ou seja, enquanto os militares do PAIGC, eram guineenses, nascidos e criados no respectivo território e, por assim dizer, já estavam adaptados ao clima, que lhes pertencia²⁶, já conheciam bem as matas onde desencadeavam o combate: (...) *“mas o sucesso maior ocorreu junto da etnia balanta, mais numerosa e com maior dispersão geográfica, cujo núcleo principal vivia no centro da Guiné, em zona de floresta de difícil penetração, com contactos com as fronteiras da Guiné Conacri e do Senegal”*²⁷, como salienta o grande estratega Carl Von Clausewitz *“quanto menor o nosso conhecimento dos preparativos do inimigo, maiores serão os riscos no terreno,”*²⁸ também é Sun Tzu a defender a mesma tese ao considerar que o

²⁵ Inicialmente houve a criação de um outro movimento independentista, mas que com o decorrer do tempo acabaram por perder o terreno dando lugar a PAIGC, foi o caso por exemplo da FIING

²⁷ CERVELLÒ, Josep Sanchez - *PAIGC – Da Fundação ao início da Guerra*. [Em linha]. [Consultado em 20 de Abril de 2009]. Disponível em [http://www.guerracolonial.org/index.php? Content=163](http://www.guerracolonial.org/index.php?Content=163)

²⁸ Carl Von Clausewit – *Princípios Da Guerra* [introdução e comentários de Francisco Abreu]. Lisboa: Edições Silabo, 1ªedição 2003,p.49.

General conhecedor do terreno leva o inimigo para campo perigoso que ele próprio evitará, escolhe o sitio onde vai pelejar, atrai o inimigo para lá e lá o combate,²⁹ por outro lado, já estavam habituados às condições de vida precária, o que significa, que mesmo com a escassez de recursos militares ou com poucos gastos de recursos militares, podiam levar a cabo uma luta armada contra o adversário. Embora seja de salientar que, os militares portugueses tinham uma característica que hoje não têm; eram mais robustos, pelo facto de as populações portuguesas na altura serem praticamente rurais, mas mesmo assim, não fez com que esses militares conseguissem superar as dificuldades no teatro das operações. Para fazer face a este desconhecimento, houve uma tática de Portugal, que consistia em sobrevoar o espaço aéreo guineense, para poderem ter uma maior visibilidade e fiscalização de diferentes lugares, mas isso teve o seu limite ou insucesso, a partir do momento (mais tarde) em que PAIGC passou a utilizar mísseis terra-ar. Os apoios que o PAIGC obteve junto das populações de etnia Balanta foram táticas desenvolvidas por Cabral em privilegiar a população camponesa, uma tática que foi também muito bem desenvolvida por Mao Tsé Tung; é uma tática em que a população serve sobretudo de apoio logístico, onde não só fornece elementos para a luta, mas permite também a circulação despercebida do agente subversivo, ou seja, por outras palavras, servindo como base da subversão.³⁰

4.5. A falta dos recursos militares ou bélicos para conter o Movimento Independentista

Se o PAIGC, com pouco recursos militares podia conduzir uma guerra subversiva por razões acima apresentadas, já com as autoridades militares portuguesas era o contrário, ou seja, tinham que dispor de muitos recursos para poderem conter o respectivo movimento independentista³¹. Numa análise comparativa podemos dizer que é isto que acontece no combate ao terrorismo, enquanto os terroristas com pouco recursos podem causar danos em larga escala, já as medidas de combate contra o terrorismo têm um enorme custo.³² A situação tornou ainda mais difícil para Portugal, quando PAIGC começou a mobilizar apoios internacionais, o que acabou mesmo por pôr em causa a

²⁹ Sun – Tzu – *A Arte da Guerra*. Mens Martins, S/D, 2ª edição, p.41

³⁰ GIAP, Vo Nguyen – *Manual de Estratégia Subversiva* [Estudo introdutório, Francisco Proença Garcia]. Lisboa: Edições Sílabo, 1ª edição, 2005, p.12. Sobre esta questão da Estratégia subversiva, é bem fundamentada por TSÉ – TUNG, Mão – *Problemas estratégicos da guerra subversiva*. Lisboa: Sílabo, 2004

³¹ Ver a evolução das despesas militares no ultramar durante a guerra colonial em anexo

³² TOMÉ, Luís Leitão – *Novo Recorte Geopolítico Mundial*. Lisboa: UAL, 2004, p.166

superioridade militar portuguesa³³, apoios esses oriundos da URSS³⁴, cujo objectivo principal era penetrar no continente africano no contexto da Guerra-fria, ou seja, derrubar mesmo as potências ocidentais. Também receberam apoios da China Comunista, assim como conseguiram apoios dos países ocidentais. Essas dificuldades foram relatadas pelo próprio Spínola, salientando o seguinte: “(...) Segundo, porque a guerrilha, pela sua técnica de acção dispersiva não carece de grandes efectivos em pessoal para levar a cabo a sua missão de desgaste; e sendo assim o recrutamento das forças de subversão, voluntário ou coercivo, entre a população, por mais diminuto que seja será sempre suficiente.”³⁵ Inicialmente havia uma superioridade militar portuguesa clara sobre a guerrilha do PAIGC, mas com desenvolvimento da guerra, o PAIGC começou a ter recursos militares mais sofisticados que as utilizadas por Portugal.

V. As doutrinas e estratégias utilizadas

Tendo em conta as dificuldades sentidas por ambas as partes, ambas tinham que basear-se em estratégias e doutrinas para poderem dar volta à situação. Falando das doutrinas e estratégias, não estamos a referir às usadas pelos teóricos clássicos da guerra, mas sim doutrinas e estratégias aplicadas a uma realidade concreta, que se aplicava no teatro de guerra na Guiné – Bissau. Primeiro, Amílcar Cabral começou por transmitir uma mensagem clara aos guineenses, de que a independência tinha que ser obtida por via da luta armada, isso após várias tentativas de negociação com as autoridades políticas portuguesas, por outro lado, que a luta era contra o colonialismo Português e não contra o povo português: “O nosso povo está, portanto, a lutar contra a classe colonialista capitalista portuguesa e, lutando contra ela, está a lutar necessariamente contra o imperialismo, porque ela é um pedaço, embora pequenino e mesmo podre, do imperialismo. Assim, nós sabemos contra quem é que lutamos.”³⁶ Aliás como salienta Helmy Sharawy “ para Cabral, o movimento de libertação nacional não era mais do que a expressão política organizada da cultura de um povo ao longo da sua luta contra cultura dos opressores.”³⁷ A questão era evidente para Cabral, que varias vezes propôs

³³ Por exemplo, a utilização de mísseis, que puseram fim à superioridade aérea militar portuguesa.

³⁴ O PAIGC também recebia apoios de outras potências, nomeadamente da China.

³⁵ António Spínola – *Portugal e o Futuro*, p.43

³⁶ CABRAL, Amílcar in <http://www.didinho.org/lutadopovo.htm> [Acessado em 01 de Julho de 2009]

³⁷ Helmy Sharawy - *Cultura e Identidade Nacionais na era da globalização: uma re – interpretação do combatente pela liberdade*, Amílcar Cabral in “ **Cabral no Cruzamento de épocas: Comunicação e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral**. Praia: Alfa Comunicações, 2005, p 235

negociações com as autoridades políticas portuguesas, sem nunca ter havido qualquer resposta por parte destes últimos, por isso, entendia que não queriam negociar e não querendo negociar, a independência tinha que ser conseguida por via da luta armada³⁸

5.1. Spínola, o Grande Estratega Português, no campo da estratégia aplicada (estratégia operacional)

Neste ponto queremos deixar bem claro, que não estamos a confundir a estratégia e tática, como diz Clausewitz, a tática é a teoria do uso das forças militares em combate e a estratégia é a teoria do uso dos combates para o objectivo,³⁹ ou seja, são as autoridades políticas que definem o tipo de armamento que deve ser utilizado, o número de efectivos militares que devem ser destacados para uma operação etc., mas isto não quer dizer que a tática não pode influenciar a estratégia. Um comandante militar serve como um “conselheiro” das autoridades políticas sobre a condução da guerra, no entanto, são dois conceitos totalmente diferentes, ao dizer-se que Spínola era um grande estratega pode-se, de uma certa forma, criar um mal entendido, uma vez que a função do Spínola, na Guiné, era definir as operações táticas no teatro de guerra e não a definição das estratégias no verdadeiro sentido do termo, uma vez que esta função competia às autoridades da metrópole, baseando-se no pressuposto de que quem define uma estratégia de guerra é o responsável político de um país.

Só que isso nem sempre aconteceu durante a guerra colonial na Guiné – Bissau, ou seja, perante um presidente do Conselho como Marcelo Caetano, ou mesmo o próprio Salazar na fase inicial, eram ambos algo ignorantes no que tange à condução da guerra na Guiné: *“Spínola descobriu algumas fragilidades na análise de Salazar sobre a política Africana, originadas pelo desconhecimento do tipo de apoios que os movimentos de libertação recebiam e pelo tipo de guerra que se desenvolvia naqueles territórios”*⁴⁰ praticamente sem qualquer visão estratégica, perante a problemática da

³⁸ Por isso começaram a utilizar tudo o que dispunham para lutar contra Portugal até às últimas consequências, até à derrota militar, o que veio a acontecer com a declaração unilateral da independência em 1973

³⁹ Carl Von Clausewitz - Da Natureza Da Guerra, p. 43. Ainda sobre a diferença entre a Estratégia, tática e a política ver, FERNANDES, António Horta – *O Homo Strtegicus ou a ilusão de uma estratégia*. Lisboa: Edições, 1998, pp 193- 225. Sem esquecer que a Estratégia é um instrumento da política, uma vez que se utiliza a estratégia para alcançar determinados objectivos políticos.

⁴⁰ MARINHO, António Luís – *Operação Mar Verde: Um documento para história*. Lisboa: Círculo de leitores. P.16

guerra na respectiva colónia, acontecia que Spínola chegou a definir várias estratégias de guerra e ao consultar o Marcelo, perante tal estratégia, este não dava outra voz que não um sim, mostrando claramente a sua fraca habilidade. É neste ponto que queremos dizer que Spínola tornou – se, mais do que um “comandante militar”, ou seja, passou a ser um grande estratega.

5.1.1. A estratégia Spínolista para a destruição das bases de Raiz do PAIGC

Com a emergência dos nacionalismos por toda a Africa, inclusive com a descolonização de alguns países africanos vizinhos, o PAIGC intensificava a luta armada ao mesmo tempo que recebia apoio dos países vizinhos. Um desses apoios de grande relevância, foi o da Guiné – Conacri através do seu presidente Seku Turé e que se baseava sobretudo em apoio logístico, nomeadamente na instalação das bases do PAIGC, por isso, as autoridades portuguesas preocuparam-se com a questão de Conacri, tendo inclusive, levado a cabo uma operação, denominada “Operação Mar Verde”, cujo objectivo principal era destruir as bases do PAIGC e a captura do seu líder máximo.

5.1.1.2. O caso da Operação Mar Verde;

Esta operação tinha uma visão estratégica clara na qual pretendia alcançar os seguintes objectivos: perpetrar um golpe de Estado contra o presidente Seku Turé; captura do líder do PAIGC, Amílcar Cabral e a libertação dos prisioneiros portugueses, tendo em conta que se encontravam ali várias bases militares da guerrilha e era na capital que também era desembarcada a grande maioria do armamento que o PAIGC recebia, com especial relevo para o armamento recebido da União Soviética, por outro lado, estavam instalados na Guiné – Conacri desde 1960, os principais dirigentes do PAIGC, incluindo o seu Secretário – Geral, Amílcar Cabral.⁴¹ Daí podemos colocar a seguinte questão, o porquê da preocupação portuguesa em capturar Amílcar Cabral?

A resposta é clara, as autoridades portuguesas com o desenrolar da Guerra na Guiné – Bissau, sempre acharam que, imobilizando Cabral, a vitória na guerra estaria já concretizada⁴², só que tal não aconteceu e claro, com consequências negativas para as autoridades militares portuguesas, com elevados custos ou dispêndios da operação. Este

⁴¹ Idem. P.16

⁴² Amílcar Cabral sempre constituiu a principal preocupação das autoridades militares portuguesas, por exemplo é de salientar, que com a eliminação física de Amílcar Cabral, a 20 de Janeiro de 1973, houve uma certa especulação de que o problema da Guerra na Guiné – Bissau, já estava equacionado, mas como o fim de uma guerra nunca é previsível, constituiu uma surpresa, quando o PAIGC, mesmo sem o seu líder carismático, rapidamente conseguiu reorganizar-se, dando assim continuidade à guerra.

caso conduz-nos para o que chamamos de risco, ou seja, apesar de a operação ter sido bem planeada e estudada, aconteceu o inesperado. Não conseguiram derrubar Seku Turé do poder; não conseguiram capturar Amílcar Cabral, que estava ausente de Conacri. A única coisa que conseguiram foi a libertação dos prisioneiros portugueses e a destruição quase total do quartel com um número significativo de baixas militares que o defendiam, mas isso teve pouca relevância ou impacto, porque os militares que se puseram em fuga, rapidamente conseguiram reorganizar-se⁴³. Concluimos assim, que a Operação Mar Verde, foi um insucesso, uma vez que praticamente nada alterou a favor de Portugal, pelo contrário, as reações internacionais contra Portugal aumentaram. Aliás, como salienta Pedro Castanheira, todos os objectivos de Spínola falharam: Nunca se encontrou com Cabral, não venceu a guerra, e ficou de conquistar os corações dos “guinéus”⁴⁴

5.3. O recrutamento das guerrilhas no próprio seio das populações guineenses

Sendo o ambiente geoestratégico no teatro de guerra nunca favorável para as autoridades portuguesas, nomeadamente por razões que mencionamos no ponto 2.1, uma estratégia que ajudou e de que maneira as autoridades militares portuguesas, foi a do recrutamento de elementos da guerrilha no seio das populações guineenses, por algumas razões claras: pelo facto dos militares portugueses não conhecerem bem o terreno; o ambiente físico nada favorável - recrutando um militar negro, podia ser uma forma, de conhecer todos os segredos do PAIGC no teatro das operações, aproveitando por outro lado a complexidade social e cultural da sociedade guineense que é profundamente caracterizada por divisões étnicas, para acabar de vez com o PAIGC. A propósito disso, vários estudos, que foram realizados até agora, por historiadores, políticos, jornalista de investigação⁴⁵, tentam de uma certa forma conectar a eliminação física de Amílcar Cabral, como produto destas clivagens políticas e sociais que caracterizam a sociedade guineense, mais a clivagem que existiu entre guineenses e os mestiços Cabo-verdianos, embora sabendo que o assassinato de Cabral, ainda hoje não foi totalmente esclarecido.

⁴³ Até parece paradoxo porque durante o tempo que demorou a preparação da operação, obtiveram muitas informações secretas, que lhes eram facultadas por um militar negro, que tinha muitas informações sobre as instalações do PAIGC em Conacri.

⁴⁴ Cfr. Pedro Castanheira – *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?* P.10

⁴⁵ CASTANHEIRA, José Pedro – *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio de água editores, 1995, pp. 80-279

5.4. Amílcar Cabral, um grande Estratega, no âmbito das doutrinas e a sua habilidade diplomática Internacional.

Amílcar Cabral, mais do que um brilhante estudante, Engenheiro Agrónomo de profissão, também pode ser considerado como tendo sido um grande Estratega e um grande diplomata. Terminando os estudos secundários com a elevada classificação de 17 valores, um caso que podemos dizer excepcional na altura, conseguindo depois uma bolsa de estudo para Portugal, onde iria frequentar o curso de licenciatura em Engenharia Agrónoma, no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Durante a sua vida académica, não se dedicou unicamente aos estudos, mas também a outras actividades, dentro das quais os encontros com outros estudantes das colónias, como Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Samora Machel entre outros estudantes, que viriam a dar os seus contributos decisivos na derrota do colonialismo português. A consciência nacionalista já marcava o pensamento destes estudantes, motivação pela qual resultou a fundação da “Casa dos Estudantes do Império”. Voltando a África era o momento de pôr em prática a sua estratégia de emancipação dos povos da Guiné e Cabo Verde e, evidentemente, a sua concretização.

A primeira coisa que Cabral começou a fazer foi o emprego das suas doutrinas, que traduzia em transmitir aos seus povos no que é que consistia a luta e porquê que deviam lutar, sendo que a guerra colonial tinha um carácter subversivo, obviamente que conseguir convencer as populações tinha uma grande relevância na condução e na vitória da guerra⁴⁶; em segundo lugar, mostrou ser ao mesmo tempo um grande combatente e um grande diplomata. A diplomacia de Cabral traduzia – se num aspecto, que o PAIGC tudo teria a ganhar pelas seguintes razões: a primeira era a forma de legitimar o PAIGC no plano Internacional, causando grandes problemas a Portugal no plano Internacional; a segunda, ao mesmo tempo que ia conseguindo esta legitimidade, conseguia também mobilizar recursos e apoios para lutar contra o colonialismo Português. Essa legitimidade internacional começou a surgir dos mais diversos quadrantes da sociedade internacional. Com o apoio do Senegal, conseguiu o seu reconhecimento pela Organização da Unidade Africana etc. Isso mostrava um exemplo

⁴⁶ Spínola, também tentou fazer o mesmo, conquistar as mentes e os corações dos guineenses, mas dificilmente conseguiria, porque enquanto o PAIGC apresentava doutrinas e conseguia convencer mesmo os guineenses e estes viveram casos de massacre por parte das autoridades portuguesas, caso do massacre de Pindjiguiti, antes do início da luta armada, isso marcou um sentimento de ódio e de repúdio dos guineenses às autoridades portuguesas.

paradigmático de uma guerra subversiva se analisarmos o conceito do mesmo: “*Guerra subversiva: é a luta conduzida por parte da população com ou sem ajudas externas, contra a capacidade, contra colectividade do controle de facto visando completamente destruir a sua ação.*”⁴⁷ Se repararmos bem, na Guiné – Bissau aconteceram as duas coisas. Num primeiro momento o movimento independentista não beneficiava de qualquer apoio externo, mas não hesitaram em desencadear a subversão. Mais tarde com o desenvolvimento da guerra começaram a beneficiar de apoios, não só da Rússia Comunista que era o mais importante, mas também, de alguns Estados vizinhos.

VI. A estratégia soviética no apoio ao movimento independentista apoiado na ideologia Comunista

Amílcar Cabral foi sem duvida um grande estratega, ainda hoje é conhecido como o pai das nacionalidades da Guiné e Cabo Verde, mas uma coisa é clara, o triunfo da independência das ex- colónias portuguesas, por trás delas, em grande parte, também é o resultado directo do apoio das grandes potências internacionais, que tinham interesses estratégicos e ainda têm, nesses países, um dos exemplos paradigmáticos foi o apoio da União Soviética a esses movimentos independentistas. Neste caso estamos a remetê-lo para uma questão estratégica, porque a União Soviética não estava sozinha nesta estratégia, pelo contrário, estava lá também a China e não podemos esquecer que Portugal para o bem ou mal foi uma potência Europeia, o que implica dizer que havia interesses estratégicos de várias potências em jogo. A estratégia soviética era bem clara, com a formação das pequenas elites intelectuais africanas, que não eram muitas, mas que já possuíam capacidade suficiente para diferenciar as coisas, nomeadamente que os seus povos estavam ser explorados por potências pró – capitalistas, a União Soviética neste período da Guerra-fria, em que duas ideologias se confrontavam, tinha oportunidade de apoiar os nacionalistas emergentes, que estavam a emergir para derrubar as potências ocidentais no território africano. Aliás, é do conhecimento de todos, ou pelo menos daqueles que estudaram a Ordem internacional Soviética no contexto da Guerra-fria, que esta baseou – se sempre numa tentativa clara de criação de Estados Comunistas em diversas partes do mundo, que serviriam como seus satélites, garantindo deste modo a sua segurança. Isso significa que o interesse estratégico da União Soviética era derrubar as potências ocidentais nesses países para depois penetrar

⁴⁷ In NOGUEIRA, José Manuel Freire – *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edição cosmos, 2005; p.

e criar Estados Comunistas. É neste contexto que as colónias portuguesas estavam na mira da União Soviética, o caso da Guiné-Bissau constitui um dos exemplos mais paradigmáticos pelo facto de o PAIGC ter se afirmado como único Movimento de libertação nesse país, ao contrário do que aconteceu em Angola, em que se afirmaram três movimentos de libertação rivais e que se diferenciavam pelas suas bases étnicas e sociais e ao mesmo tempo, com as influências Internacionais.

Por conseguinte, a criação de um Estado Comunista na Guiné-Bissau, estava mais à vista do que nas outras colónias.⁴⁸ Comparado com a estratégia portuguesa, que consideramos suicidária, a estratégia Soviética e a do PAIGC visavam alcançar um objectivo político e que a guerra era um instrumento ao serviço deste objectivo. Através da guerra derrubando o colonialismo português, o PAIGC alcançava o seu objectivo que era a independência, e a União Soviética alcançava o seu objectivo com a criação de um Estado Marxista: “ A guerra subversiva / revolucionária dá a continuidade à política por outros meios. A guerra revolucionária, por exemplo, através de uma estratégia maximalista, pretende em última análise, a implantação do sistema marxista – leninista pela prática de um desenvolvimento lento, de guerra prolongada e do esgotamento da ordem constituída, ou seja, recorre a outros meios, para além dos políticos, para alcançar o objectivo político pretendido.”⁴⁹

VII. O fracasso da estratégia Portuguesa e os seus condicionantes

A estratégia da Condução da Guerra nas colónias portuguesas, à medida que a Guerra se intensificava, estava a fracassar, chegando mesmo ao ponto de insustentabilidade. O teatro de guerra na Guiné-Bissau nunca foi favorável a Portugal e com o seu alastrar, a situação viria a tornar – se verdadeiramente crítica para Portugal. É de salientar que de todas as colónias portuguesas onde houve guerra colonial, a Guiné-Bissau constituiu o maior problema para Portugal. A guerra nesta colónia era de tal forma crítica, que Portugal chegou a enfrentar um dilema claro: A guerra colonial estava a ser incontroável e de difícil vitória para Portugal, mas podemos colocar a seguinte questão: Se a Guiné-Bissau era a única das colónias que estava numa situação quase impossível por parte de Portugal poder destruir os movimentos independentistas, então por que este

⁴⁸Com excepção de Moçambique, onde também a FRELIMO foi o único Movimento que conseguiu impor – se.

⁴⁹ GIAP, Vo Nguyen – *Manual de Estratégia Subversiva*, p 15

não aceitava descolonizar a Guiné-Bissau, tentando controlar ou manter as outras colónias?

Não descolonizava a Guiné-Bissau, porque iria fomentar automaticamente a descolonização das outras colónias, pelo que Portugal manteve-se persistente na luta, agravando cada vez mais a sua imagem no cenário internacional. Se bem que, esta questão da intransigência, já tinha sido quebrada no caso de Goa. Há quem costuma dizer que Goa foi uma gota de água que abriu um precedente para todo o problema colonial⁵⁰

7.1. O crescente isolamento Internacional

Se o Imperialismo foi algo que demonstrava sinal de prestígio e poder no início da expansão das grandes potências, já no período pós Segunda Guerra Mundial era algo de repúdio e de grande contestação internacional e Portugal foi um dos últimos impérios da história, por isso, os incidentes em resultados da guerra nas colónias era o início do declínio de Portugal na política internacional. A situação tornou-se realmente complicada no que tange, por exemplo, as relações de Portugal com a ONU, como salienta José Medeiros Ferreira, a entrada de Portugal e Espanha para a ONU, representa o declínio de Portugal na política internacional e o fim do isolamento da Espanha na política Internacional,⁵¹ se a Espanha, questionada pela ONU se tinha territórios autónomos sobre a sua administração, respondeu pelo sim, Portugal fez o contrário.⁵² É curioso que mesmo as relações de Portugal com a Santa Sé já não eram muito boas: “ (...) *Paulo VI recebeu oficialmente, os líderes nacionalistas: Amílcar Cabral (PAIGC), Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO). Foi um rude golpe para a ditadura caetanista, contribuindo profundamente para acentuar o isolamento de Portugal no mundo, mesmo entre os aliados da Nato.*⁵³ Na altura, isto constituía um certo descontentamento pelas elites políticas portuguesas, que

⁵⁰ Cfr, José Medeiros Ferreira – Cinco Regimes na Política Internacional, p.

⁵¹ José Medeiros Ferreira – *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial presença, 2006, p.102

⁵² Isto a propósito do artigo 73 da Carta da ONU, que exigia que os países que tinham territórios autónomos sob a sua administração deviam facultar determinados dados.

⁵³ SOARES, Mário – *Amílcar Cabral: Um pensamento actual* in “**Cabral no cruzamento de épocas:** Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Praia: Alfa Comunicações, 2005 p 60

consideravam os movimentos como terroristas, acusando mesmo o Vaticano de receber em audiência os terroristas⁵⁴

7.2. O isolamento no Plano Interno

Se no plano internacional o PAIGC estava a conseguir cada vez maior legitimidade, chegando mesmo ao ponto de ser reconhecido por muitos países, inclusive algumas organizações internacionais como o verdadeiro representante dos povos da Guiné e Cabo Verde, para Portugal a realidade era totalmente inversa, ou seja, o seu decréscimo da legitimidade internacional sobre os povos da Guiné e Cabo Verde. É de salientar que a gravidade da situação não foi só no plano internacional, mas também a nível interno. O regime sentia – se cada vez mais fragilizado internamente, quer pelas populações que em larga escala se extremaram à esquerda, criticando veementemente a guerra colonial, particularmente na Guiné, onde a situação era mais grave,⁵⁵ defendendo uma solução política, que passava automaticamente pela autodeterminação dos povos; quer pelas elites políticas e militares, que começaram a entrar numa grande divergência, sobretudo numa oposição ao Estado Novo perante a política colonial. Estas divergências traduziram algumas circunstâncias em atitudes pouco pacíficas, como o caso da tentativa de golpe de Estado levado a cabo por Botelho Moniz para resolver o problema da guerra colonial.⁵⁶ Perante estas situações, o governo de Lisboa, viu-se claramente marginalizado e isolado na condução da guerra e numa aproximação clara de uma derrota militar, uma vez que qualquer estratégia desenvolvida não ia muito longe porque não tinha mesmo como ser aplicada, uma vez que a unidade nacional é fundamental na condução de uma guerra, como diz Sun – Tzu: “ A unidade nacional é uma condição essencial para a guerra.”⁵⁷ Vai ainda mais longe ao dizer que uma guerra só pode ser bem sucedida “ graças a um governo devotado ao bem-estar do povo e não à sua

⁵⁴ O certo é que as elites do Estado Novo, confundiam os movimentos de libertação com os terroristas, porque os movimentos de libertação são aqueles cujo objectivo é a independência política de um território e por conseguinte, a criação de um estado. Enquanto os terroristas são movimentos constituídos por células organizadas, que operam em diferentes pontos através da violência, mas não têm qualquer objectivo na criação de um Estado, nem sequer a criação de um partido político.

⁵⁵ Como diz Sun Tzu, as campanhas prolongadas esgotam o tesouro, arrasam os soldados, fazem subir os preços e espalham a fome pelo povo, acrescentando ainda que, nenhuma nação jamais beneficiou com uma guerra prolongada, *A arte da Guerra*, p. 40. Para o caso da Guiné algo semelhante estava a acontecer, uma guerra que já estava numa fase bastante desgastante para as autoridades políticas e militares portuguesas e que nem sequer tinha um fim à vista.

⁵⁶ Cfr José Medeiros dos Santos – *Cinco Regimes na Política Internacional* p.110

⁵⁷ Sun – Tzu – *A Arte da Guerra*. Mens Martins, S/D, 2ª edição, p.38

opressão,⁵⁸ o que não estava a acontecer com o regime do Estado Novo, tendo em conta que era um regime autoritário, que tentava aniquilar as oposições ao regime.

7.3. As divergências entre as elites políticas e militares portuguesas e por conseguinte, a incapacidade de aplicação de uma estratégia de guerra consistente

Quando Spínola foi nomeado governador e comandante-chefe na Guiné, a ideia era clara: foi nomeado com base no pressuposto de que tinha uma boa capacidade técnico - militar, face à emergência do nacionalismo guineense que estava em fúria. No acto da posse narrava a sua coragem perante o ministro do ultramar, honrava a sua coragem perante a terrível responsabilidade de defesa da Guiné (...) ter aceitado como um dever militar e com a noção exacta da situação e das responsabilidades (...).⁵⁹ Isto significa que Spínola ia mesmo para derrubar a guerrilha do PAIGC, assim como o próprio Salazar tinha confiança em Spínola: *“Entre 1965 e 1968, morrem na Guiné 759 militares portugueses (...), Salazar sente que tem de fazer alguma coisa para não perder a Guiné. É então que lança a carta mais forte, mas também a mais arriscada do seu baralho: António de Spínola,”*⁶⁰ este por sua vez estava mesmo confiante, o que significa que o mesmo não tinha ou não sabia o grau de dificuldade e complexidade que iria enfrentar na Guiné, aí está a questão da imprevisibilidade da guerra. O certo é que quando Spínola chegou à Guiné, não demorou muito tempo para cair num desespero, chegando mesmo à própria conclusão de que deveria haver uma outra solução para o problema que não a guerra, uma solução política, comunicando ao governo de Lisboa, relatando mesmo a gravidade da situação, propondo mesmo as suas teses políticas para o problema. Considerou a necessidade de uma negociação com o movimento independentista, ou caso contrário, a derrota militar estava para vir. O mesmo tentou estabelecer contactos com Amílcar Cabral, mas o governo de Lisboa nunca quis negociar, até que acabou por ser suspenso, por apresentar uma tese diferente. Essa divergência de Spínola com as autoridades de Lisboa e, por conseguinte, a sua substituição, traduzia – se claramente num fracasso ou no fim da estratégia político – militar portuguesa, que facilmente foi apercebido pelo PAIGC, que intensificava as suas operações, com vista a um resultado claro: a conquista da independência por via da derrota militar portuguesa. Por último, aplicando a teoria de Clawsiwit sobre a guerra,

⁵⁸ Idem, p. 38

⁵⁹ SILVA, António Duarte - *A independência da Guiné- Bissau e a descolonização Portuguesa: Estudo de história, direito e política* p 89.

⁶⁰ Cfr. António Luís Marinho – *Operação Mar Verde: Um documento para história*. Lisboa, p. 52

de que este é a continuação da política por outros meios, ou seja, que não pode ser conduzida uma guerra em que acaba por destruir os objectivos que se pretende alcançar, logo podemos dizer que a estratégia portuguesa estava perante uma contradição ou até mesmo um ridículo, vejamos o porquê desta contradição: o próprio Marcelo Caetano e as elites políticas e militares em determinados momentos da guerra já tinham percebido que a continuação da guerra iria agravar mais a situação, ou seja, que negociando ou não com o PAIGC, a independência iria ser alcançada mesmo por via da derrota militar, aliás foi o próprio Caetano que chegou a fazer uma afirmação que dizia tudo, que era preferível uma derrota militar de que negociar com os terroristas. Então permitam – nos colocar a seguinte questão: se sabendo que uma derrota militar já era eminente, o porquê de tanto desperdício no que tange aos gastos com os recursos militares e grandes perdas humanas?

Portugal não estava ciente de que o PAIGC estava a ser apoiado por uma grande potência com pretensão de criar Estados Comunistas por todo mundo? Então onde estão os objectivos de Portugal na guerra? Talvez se optasse pela negociação, a guerra não teria consequências que teve e podia impedir a criação de um Estado Marxista naquele território.

VIII. Conclusão:

1 - Do ponto de vista geopolítico e geo – estratégico, tanto Portugal como o PAIGC, na fase inicial, tiveram muitas dificuldades que não eram fáceis de superar. Do lado do PAIGC, as principais dificuldades colocavam-se em como doutrinar as populações que na altura eram maioritariamente analfabetas. Do lado Português os militares não conheciam bem o terreno onde travavam as batalhas, bem como, estavam a desencadear uma contra subversão que é sempre difícil numa guerra;

2 - Nas fases iniciais da Guerra, do ponto de vista da estratégia genética e estrutural, Portugal estava à frente, mas, com o acentuar da guerra, o isolamento internacional de Portugal por causa da sua política colonial que era altamente contestada, contrariamente à crescente legitimidade do PAIGC no plano Internacional, este começou a receber apoios significativos sobretudo em materiais bélicos, pondo em causa a superioridade

de Portugal no âmbito da sua estratégia estrutural e por conseguinte, a estratégia operacional;

3 - Mesmo sem êxito militar, Portugal continuou a operar até às últimas circunstâncias, provocando uma trágica realidade em resultado de um número significativo de perdas de vidas humanas, claro está, de ambas as partes em confronto e uma das mais terríveis derrotas militares que Portugal teve num teatro de guerra;

4 - É importante salientar também, que Portugal estava a lutar contra um Movimento independentista, o que não podia e nem pode ser confundido com um Movimento terrorista, tendo em conta que os movimentos terroristas não têm por objectivo a criação de um Estado, mas sim, constituem uma rede organizada composta por células dispersas de forma a actuarem em diferentes pontos, baseando-se unicamente e exclusivamente na violência, tendo por trás uma motivação política. O objectivo principal do PAIGC era a criação de um Estado independente;

5 - Por detrás do sucesso da subversão do PAIGC encontram-se dois factores:

1º) A capacidade imprescindível de Amílcar Cabral no plano Interno através do emprego das suas doutrinas às populações e, no plano internacional, ao conseguir aumentar a legitimidade do PAIGC e por conseguinte, mobilizar apoios;

2º) Por trás deste sucesso também se encontrava uma grande superpotência na altura, que tinha os seus interesses estratégicos em expandir o comunismo por todo o mundo.

BIBLIOGRAFIA

BACELAR, Sérgio – *A Guerra em Africa (1961 -1974): Estratégias adoptadas pelas forças armadas*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000;

CANN, John P. – *Contra – Insurreição em Africa 1961-1974: O modo português de Fazer a guerra* [Tradução Portuguesa]. Estoril: Traduzido da edição Greenwood Press, 1997;

CÁ, Lorenzo Ocuni- *A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau 1471-1473*. [em linha]: Campinas [2000]. [consultado em 23 de Novembro de 2007]. Disponível na <http://www.didinho.org/artigo10.pdf>

CLAUSEWIT, Carl Von – *Princípios Da Guerra* [introdução e comentários de Francisco Abreu]. Lisboa: Edições Silabo, 1ª edição 2003;

CLAUSEWITZ, Carl Von – *Da Natureza Da Guerra*. Lisboa: Coisas de ler, 2007;

FERNANDES, António Horta – *O Homo Strtegicus ou a ilusão de uma estratégia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998;

FERREIRA, José Medeiros – *Cinco regimes na política Internacional*. Lisboa: Editorial presença, 2006pp 116-125;

FREUND, Julien – *O que é a política?* Lisboa: Editorial Futura, 1977;

GIAP, Vo Nguyen – *Manual de Estratégia Subversiva* [Estudo introdutório, Francisco Proença Garcia]. Lisboa: Edições Silabo, 1ª edição, 2005;

MARINHO, António Luís – *Operação Mar Verde: Um documento para história*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005;

NOGUEIRA, José Manuel Freire – *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edição cosmos, 2005;

SÁ, Tiago Moreira – *Os americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004;

SILVA, António Duarte- *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa: Estudo de história, direito e política*. Porto: Afrontamento, 1997;

SPINOLA, António de- *Portugal e o futuro: Análise da conjuntura nacional* Lisboa: Arcádia, 3ª edição, 1974;

TAVARES, Adilson – *O Regime Político Guineense (1994 -2008)*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Teoria da Democracia, sob a orientação do professor, Tiago

Fernandes. Lisboa: FCSH- UNL, 2008, publicado em [http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_\[1\].pdf](http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_[1].pdf)

TOMÉ, Luís L. – *Novo recorte geopolítico mundial*. Lisboa: UAL, 2004, pp. 166 – 176;

TSÉ – TUNG, Mao – *Problemas estratégicos da guerra subversiva*. Lisboa: Sílabo, 2004;

TZU, Sun – *A Arte da Guerra*. Mens Martins, 2ª edição, S/D.

Fontes primárias

Jornal a Semana de Cabo Verde – *Cabral, 80 anos: Para além do mito*. Cabo Verde, parte integrante de a semana, nº 677, 3 de Setembro de 2004

CAETANO, Marcelo – Depoimento. Rio de Janeiro: Record, 1974

SALAZAR, Oliveira – *Discursos e Notas políticas, VI – 1959 – 1966*. Coimbra: Coimbra Editora, S/D

Ultramar: Acontecimentos em África; Actividades da UPA – União dos povos de Angola, (1960 – 1961)

Sítios na Internet:

www.guerracolonial.org

<http://www.vidaslusofonas.pt/>

I.INTRODUÇÃO.....	3
1.1. HIPÓTESES EXPLICATIVAS:	6
1.2.ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
II. METODOLOGIA	7
III. GUINÉ – BISSAU: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO (MEIO FÍSICO HUMANO E ECONÓMICO).....	8
IV.O INÍCIO DA LUTA ARMADA	9
4.1. AS DIFICULDADES INICIAIS	10
4.2.O problema do PIAIGC em mobilizar as populações para a luta armada, sendo maioritariamente analfabetas.....	10

4.3. As clivagens políticas profundas no interior do PAIGC.....	12
4.4.O PROBLEMA DE PORTUGAL PERANTE O TEATRO DE GUERRA, NUM TERRENO PRATICAMENTE DESCONHECIDO	13
4.5.A FALTA DOS RECURSOS MILITARES OU BÉLICOS PARA CONTER O MOVIMENTO INDEPENDENTISTA	14
V. AS DOCTRINAS E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS	15
5.1. <i>Spinola, o Grande Estratega Português, no campo da estratégia aplicada (estratégia operacional)</i>	16
5.1.1. A ESTRATÉGIA SPINOLISTA PARA DESTRUIÇÃO DAS BASES DE RAIZ DO PAIGC.....	17
5.1.1.2.O CASO DA OPERAÇÃO MAR VERDE	17
5.3. O RECRUTAMENTO DAS GUERRILHAS NO PRÓPRIO SEIO DAS POPULAÇÕES GUINEENSES	18
5.4.AMÍLCAR CABRAL, UM GRANDE ESTRATEGA, NO ÂMBITO DAS DOCTRINAS E A SUA HABILIDADE DIPLOMÁTICA INTERNACIONAL	19
VI. A ESTRATÉGIA SOVIÉTICA NO APOIO AO MOVIMENTO INDEPENDENTISTA APOIADO NA IDEOLOGIA COMUNISTA	20
VII. O FRACASSO DA ESTRATÉGIA PORTUGUESA E OS SEUS CONDICIONANTES	21
7.1.O CRESCENTE ISOLAMENTO INTERNACIONAL.....	22
7.2.O ISOLAMENTO NO PLANO ÍTERNO.....	23
7.3.AS DIVERGÊNCIAS ENTRE AS ELITES POLÍTICAS E MILITARES PORTUGUESAS E POR CONSEQUINTE A INCAPACIDADE DE UMA APLICAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE GUERRA CONSISTENTE	24
VIII. CONCLUSÃO:.....	25
BIBLIOGRAFIA	26
ANEXOS	29

ANEXOS:

Analfabetismo na Guiné-Bissau, 1958

Anexo 1

População Total	Número de analfabetos	Percentagem de analfabetismo

510.777	504.928	98.85
---------	---------	-------

Fontes: Anuário estatístico do Ultramar e Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1958, In FERREIRA, 1977

Anexo 2

Despesas com as forças militares extraordinárias no Ultramar

Ano	Orçamento	Despesa	Acréscimo
1960	280	526	87.90%
1961	950	2428	155.50%
1962	1500	3265	117.60%
1963	1750	3355	91.70%
1964	1750	3592	105.30%
1965	2000	4156	107.80%
1966	2500	4467	78.70%
1967	3500	5763	64.40%
1968	4000	6197	54.80%
1969	4000	6085	52.10%
1970	4000	6899	72.50%
1971	4000	7130	78.20%
1972	4500	7649	70%
1973	5000	7528	50.60%
1974	5000	11828	137%

Fonte:

http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/custos/custos_guerra.swf



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org